FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

CONSULTA PÚBLICA No 11/2023

**ASSUNTO:** Minuta de resolução que dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a acreditação pela ANP de organismos de certificação de conteúdo local de bens e serviços, revogando a Resolução ANP nº 869, de 22 de março de 2022, com o objetivo de aplicar a alternativa normativa disposta no RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO nº 02/2022/SCL/ANP-RJ.

**IDENTIFICAÇÃO:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome completo** | Adrianno Farias Lorenzon | |
| **Representa alguma empresa, organização, associação etc.?** | sim | |
| **Perfil** | ( ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário de serviços  ( ) representante de instituição governamental  ( ) organização não governamental (ONG) | ( x ) representante de órgão de classe ou associação  ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor  ( ) outro |
| **Nome da organização** | ABRACE Energia | |

**CONTRIBUIÇÕES:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DISPOSITIVO | MANIFESTAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
| Art. 1  “Art 2  VI – Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural em gasodutos a serem construídos ou ampliados.  XI-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme em gasodutos a serem construídos ou ampliados;  XI-B - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade contratar capacidade de transporte firme em gasodutos existentes | Art. 1  “Art 2  VI – Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso isonômico a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural ~~em gasodutos a serem construídos ou ampliados~~ referente a aumento de capacidade fruto de investimentos.  XI-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso isonômico a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme ~~em gasodutos a serem construídos ou ampliados~~ referente a aumento de capacidade fruto de investimentos;  XI-B - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: procedimento, com garantia de acesso isonômico a todos os interessados, que tem por finalidade contratar capacidade de transporte firme em gasodutos existentes | Inclusão do termo “isonômico” nas definições de forma a explicitar que todos os carregadores terão acesso às capacidades de transporte em condições igualitárias.  Além disso, sugerimos dar maior clareza às situações em que se enquadram as Chamadas Públicas (e Processo de chamada publica). Para isso, propomos alterar a redação, sendo enquadrado em qualquer oferta de capacidade adicional fruto de investimentos pelo transportador. Pode ser, por exemplo, uma estação de compressão, que para ser autorizada, precisa de passar pelo teste de viabilidade. |
| Art 1  “art. 16  I - o amplo acesso, e de forma não discriminatória, às informações de capacidades disponíveis e ociosas, bem como das Tarifas de Transporte aplicáveis a cada modalidade de Serviço de Transporte e os prazos dos Contratos de Serviço de Transporte vigentes; | Art 1  “art. 16  I - o amplo acesso, e de forma não discriminatória, às informações de capacidades técnicas, disponíveis, contratadas e ociosas, metodologias de cálculo das capacidades, bem como das Tarifas de Transporte aplicáveis a cada modalidade de Serviço de Transporte e os prazos dos Contratos de Serviço de Transporte vigentes; | Inclusão de outras informações que devem ser disponibilizadas pelos transportadores. É direito dos carregadores terem acesso às capacidades técnicas dos gasodutos, bem como às capacidades contratadas. |
| Art. 2  “art. 2  XVI - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural em gasodutos a serem construídos ou ampliados  XXXIV-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme em gasodutos a serem construídos ou  ampliados; | Art. 2  “art. 2  XVI – Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso isonômico a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural ~~em gasodutos a serem construídos ou ampliados~~ referente a aumento de capacidade fruto de investimentos  XXXIV-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso isonômico a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme ~~em gasodutos a serem construídos ou ampliados~~ referente a aumento de capacidade fruto de investimentos; | Alterações iguais às realizadas na RANP 51/2013 |
| Art. 2  “art. 2  XL - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com o disposto no Contrato de Serviço de Transporte celebrado entre as partes, o qual dispõe sobre as regras e condições específicas da contratação do serviço; | Art. 2  “art. 2  XL - Tarifa de Transporte: valor a ser pago pelo Carregador ao Transportador pelo Serviço de Transporte, em conformidade com ~~o disposto no Contrato de Serviço de Transporte celebrado entre as partes~~ o disposto nas resoluções da ANP, o qual dispõe sobre as regras e condições específicas da contratação do serviço; | As tarifas de transporte devem obedecer aos valores aprovados pela ANP, e não conforme determinado nos contratos de transporte entre partes. |
| Art. 2  “art. 2  XXXV-A - Projeto de Referência: projeto de construção ou ampliação de gasoduto de transporte utilizado para efeito da definição da receita máxima permitida e das tarifas de referência; | Art. 2  “art. 2  XXXV-A - Projeto de Referência: projeto de construção de gasoduto ou ampliação da capacidade ~~de gasoduto~~ de transporte utilizado para efeito da definição da receita máxima permitida e das tarifas de referência; | Entendemos que qualquer investimento que tenha como objeto o aumento da capacidade de transporte, sendo este um novo gasoduto ou não, deve ser considerado como um projeto de referência, objeto de uma Chamada Pública. |
| Art 2  “art 2  inclusão | Art 2  “art 2  Conta regulatória - Conta na qual são registradas  as diferenças entre a receita apurada pelo transportador e a RMP aprovada pela ANP. | Sugerimos a inclusão da definição da conta regulatória, metodologia criada pela ANP no processo de revisão tarifária e chamada pública 01 da TBG. A definição é necessária pois sugerimos a inclusão da utilização do saldo da conta regulatória na metodologia de calcula tarifário previsto no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade (art. 38A) |
| Art 2  “art 2  inclusão | Art 2  “art 2  Serviço de Transporte de Longo Prazo: modalidade firme de contratação de capacidade disponível, com vigência igual ou superior a 365 dias, cujo início da prestação do serviço é dia 01 de janeiro; | Criação do conceito de serviço de longo prazo para diferencia dos contratos de longo prazo. Conforme contribuições seguintes, sugerimos essa diferenciação pois entendemos que os produtos serão ofertados seguindo diferentes regulamentos. Os serviços de longo prazo seguirão regulamento específico, onde é definida a tarifa de transporte firme de cada ano, e onde é apresentado a tarifa de referência. Já os produtos de curto prazo, seguiriam processos de contratação mais simples. |
| Art 2  “art 3  § 1º A oferta integral de Capacidade Disponível e de Capacidade Ociosa é obrigatória por parte do Transportador, seja para contratação em modalidade firme, interruptível ou extraordinária. | Art 2  “art 3  § 1º A oferta integral de Capacidade Disponível e de Capacidade Ociosa é obrigatória por parte do Transportador, seja para contratação em modalidade firme, interruptível ~~ou extraordinária~~. | Exclusão da modalidade extraordinária. Esta modalidade de serviço não é prevista na Lei 14.134/21 e tem característica semelhante ao serviço firme de curto prazo. |
| Art 2  “Art. 7º. Quando a ANP identificar Congestionamento Contratual prolongado, causado pela não utilização de capacidade contratada em modalidade firme de modo sistemático, deverá determinar procedimentos específicos de Gerenciamento de Congestionamento Contratual, com o objetivo de que a respectiva capacidade seja novamente oferecida ao mercado.” | Art 2  “Art. 7º. Quando a ANP ou o transportador identificarem Congestionamento Contratual prolongado, causado pela não utilização de capacidade contratada em modalidade firme de modo sistemático, deverá ser determinado pela ANP procedimentos específicos de Gerenciamento de Congestionamento Contratual, com o objetivo de que a respectiva capacidade seja novamente oferecida ao mercado.” | Transferência do dever primário de identificar Congestionamento Contratual da ANP ao transportador. A ANP deve ser informada da ocorrência para definir os procedimentos necessários. O transportador é o agente que opera o gasoduto e tem posse das informações para identificar o comportamento de forma diligente.  Neste aspecto, ratificamos a importância de a ANP detalhar a gestão do congestionamento contratual, explicitando o que seria “não utilização de capacidade contratada de forma **prolongada**”. Ademais, até que a regulação esteja finalizada, sugerimos ao regulador tratar dos indícios caso a caso. |
| Art 2  “Art. 8º. O Serviço de Transporte Extraordinário deve ser oferecido pelo prazo máximo de 1 (um) ano, cabendo ao Transportador promover a oferta e contratação de capacidade para esse serviço com periodicidade anual ou inferior. | Art 2  ~~“Art. 8º. O Serviço de Transporte Extraordinário deve ser oferecido pelo prazo máximo de 1 (um) ano, cabendo ao Transportador promover a oferta e contratação de capacidade para esse serviço com periodicidade anual ou inferior.~~ | Exclusão do artigo em linha com a contribuição acima. O conceito exposto é idêntico ao Serviço de Transporte de Curto Prazo |
| Art 2  Art. 8º-A. O serviço de transporte de curto prazo deverá ser contratado em plataforma eletrônica dos transportadores por meio da celebração de contrato master.” | Art 2  Art. 8º-A. O serviço de transporte ~~de curto prazo~~ deverá ser contratado em plataforma eletrônica dos transportadores por meio da celebração de contrato master.” | Propomos que haja diferenciação dos contratos firme (longo e curto prazo) para simplificação do processo e redução do custo transacional de contratação do transporte. Nesta acepção, defendemos que o contrato de longo (maior ou igual a um ano) e curto prazo (menor que um ano) devem ter as mesmas cláusulas, direitos e obrigação das partes, diferindo apenas no prazo contratual. O contrato Master (Master Agreement) pode ser também utilizado para contratação de longo prazo. |
| Art 2  Art. 8º-C. A ANP poderá definir um calendário para a oferta de capacidade de transporte, de forma coordenada com todos os transportadores.” | Art 2  Art. 8º-C. A ANP ~~poderá~~ deverá definir um calendário para a oferta de capacidade de transporte, de forma coordenada com todos os transportadores.  §1º Calendário para oferta de produtos de longo prazo deverá obedecer a prazo mínimo de 3 meses entre a oferta e o início do serviço de transporte” | Sugerimos previsão explícita para calendário de oferta de capacidade. A alteração está em linha com inciso IX, do art. 5º da resolução 03/2022 do CNPE:  Art. 5º São diretrizes para a abertura do mercado de gás natural, durante o período de transição para um mercado concorrencial de gás natural:  ...  IX - a simplificação dos processos de oferta de capacidade de transporte de gás natural, **que devem ser promovidos com periodicidade pré-definida** e com cronogramas amplamente divulgados. |
| Art 2  “Art. 12.  Inclusão de parágrafo | Art 2  “Art. 12.  §2º O transportador deve utilizar prioritariamente ferramentas de mercado para compra e venda de gás a que se refere o caput, com acesso isonômico a todos os carregadores e comercializadores. | Sugestão de inclusão do parágrafo para garantir que o transportador, ao comprar e vender gás, utilize ferramentas de mercado para comprar e vender gás natural. |
| Art. 2  Art. 37-A. O Processo de Oferta e Contratação de Capacidade existente será conduzido pelo  Transportador, sob a supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos  transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução. | Art. 2  Art. 37-A. O Processo de Oferta e Contratação de Capacidade existente para Serviço de Transporte de Longo Prazo será conduzido pelo Transportador, sob a supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução. | Proposta de adequação visa distinguir o processo de oferta de capacidade de longo prazo, que deve obedecer trâmite específico, da de curto prazo.  Para o curto prazo é sugerido processo simplificado abaixo. |
| Art. 2  Art. 37-A.  §5º  III - análise das propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade | Art. 2  Art. 37-A.  §5º  III - análise das propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade de forma isonômica e não discriminatória | Inclusão do termo “de forma isonômica e não discriminatória” busca garantir, em resolução, que a forma de alocação das capacidades entre os carregadores que participam do processo de Oferta de Capacidade não será discriminatória. |
| Art 2  “Art. 38-A. O regulamento do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade disporá sobre: | Art 2  “Art. 38-A. O regulamento do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade para Serviço de Transporte de Longo Prazo disporá sobre: | Adequação em linha com alteração proposta no art. 37A |
| Art. 2  Art 38A  IV - a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da tarifa de referência; | Art. 2  Art 38A  IV - a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da tarifa de referência com base na RMP definida pela ANP e saldo da Conta Regulatória | Sugestão prevê maior detalhamento da metodologia do cálculo tarifário. Hoje temos dificuldade em reproduzir o cálculo tarifário da TBG com base na revisão tarifária realizada em 2019. É necessário explicitar a RMP autorizada para o período (n) que está sendo ofertado a capacidade e o saldo da conta regulatória (Receita autorizada (n-1) x Receita auferida (n-1)). |
| Art. 2  Art 38A  § 2º O regulamento poderá ser substituído por um contrato master com o conteúdo mínimo  definido neste artigo, mediante prévia aprovação da ANP. | Art. 2  Art 38A  ~~§ 2º O regulamento poderá ser substituído por um contrato master com o conteúdo mínimo definido neste artigo, mediante prévia aprovação da ANP.~~ | O conteúdo do regulamento do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade é diferente dos direitos e deveres previstos em um contrato de transporte. A publicação do regulamento deve ser obrigatória. |
| Art. 2  Art 38A  Inclusão | Art. 2  Art 38A  § 3º O regulamento deverá ser padronizado entre os transportadores | Da mesma forma que pleiteamos a padronização dos contratos de transporte, solicitamos também que seja incluído em resolução que os regulamentos das ofertas de capacidade sejam padronizados. |
| Art 2.  Art. 38 B  Inclusão | Art. 2  “Art 38B. A ANP deverá periodicamente realizar consultas públicas para aprimoramento dos contratos de transporte e dos regulamentos do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade | A simplificação dos processos de oferta de capacidade prevê a eliminação da etapa de consulta pública, onde os carregadores podem opinar sobre os regulamentos das ofertas e sobre os contratos de transporte.  Apoiamos a simplificação, objeto das alterações propostas, mas entendemos necessário prever consultas públicas específicas para melhoria contínua dos contratos de transporte e regulamentos. Apesar das melhorias realizadas nos contratos nos últimos anos, é senso comum entre os agentes de mercado que os contratos ainda são complexos e com muitas penalidades aos contratantes. |
| Art. 2  inclusão | Art. 2  Art 38C – O Processo de Oferta e Contratação de Capacidade existente para Serviço de Transporte de Curto Prazo será conduzido pelo Transportador, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.  I - A minuta do contrato de serviço de transporte de gás natural será igual ao Serviço de transporte de Longo Prazo, diferindo apenas no prazo e valor;  II – A tarifa será calculada com base na tarifa de Serviço de transporte de Longo Prazo, sendo os multiplicadores aprovados previamente pela ANP.  §1º A oferta de capacidade que trata este artigo deve obedecer à hierarquia temporal, conforme disposto no Art. 6º-A.  §2º Não será exigido regulamento específico para Oferta de Capacidade de Curto Prazo. | De acordo com exposto previamente, propomos separar os procedimentos para oferta de capacidade de longo e curto prazo. O longo prazo sendo regulado pelos art. 37 e 38 A.  Sugerimos inclusão deste artigo para detalhar a forma de oferta para produtos de curto prazo. |
| Art. 2  Art. 42A  §3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes | Art. 2  Art. 42A  §3º A proposta tarifária, juntamente com os critérios do teste de viabilidade técnico-econômica, será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 44-A, com o disposto na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes | A alteração completa da RANP 11/2016 ensejaria a regulamentação da expansão e ampliação do sistema de transporte. Mesmo que não seja objeto das alterações aqui propostas, sugerimos ampliar a robustez dos processos de Chamadas Públicas para ampliação e expansão dos gasodutos. Um requisito determinante é a definição do teste econômico do projeto. Ou seja, quando aquele projeto é viável (e deve ser executado) e quando não o é. Os critérios para o teste econômico devem estar claros na proposta tarifária coloca em consulta pública.  Além disso, sugerimos a adequação do texto “em conformidade com o disposto no inciso II do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes”. A RANP 15/2014 não possui artigo 44. |
| Art 2  Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte que, a critério da ANP, esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP, com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.” | Art 2  Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, a ANP definirá os processos de Chamada Pública que estarão sujeitos à período de contestação, ~~o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte que, a critério da ANP, esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP,~~ com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.” | Sugestão para adequação do texto, de forma a deixar mais clara a leitura. |
| Art 3  II  b)  7) XXXIX | Art 3  II  b)  ~~7) XXXIX~~ | Não enxergamos motivo para excluir da resolução a definição de serviço interruptível, previsto na lei 14.134/2021. |
| Art 3  II  b)  Inclusão | Art 3  II  b)  7A)XXXVII | Exclusão do conceito de serviço extraordinário. Não previsto na lei 14.134/2021 e que não encontra utilização no modelo atual, sendo igual a um serviço firme de curto prazo. |
| Art 3  II  Inclusão | Art 3  II  h’) 45 a 47 | Exclusão dos artigos que se referem a troca operacional – swap – que não são aplicáveis ao modelo entradas e saídas. |
|  |  |  |
|  |  |  |

Campo destinado a comentários gerais relacionados assunto:

|  |
| --- |
| Itens gerais de contribuição:  Inicialmente, cabe-nos salientar que as contribuições as alterações das RANPs nºs 51/2013 e 11/2016 miram apenas no objeto determinado pela ANP: simplificação do processo de oferta de capacidade. À luz do novo marco regulatório do gás, alterações mais profundas são necessárias em ambas as resoluções. Desta forma, resumimos abaixo principais contribuições às minutas de resolução:   * Garantir acesso isonômico à oferta de capacidade. Os regulamentos atuais preveem explicitamente a metodologia para que as capacidades ofertadas sejam adquiridas de forma isonômica entre os carregadores. Entendemos salutar explicitar tal premissa no conceito e nas diretrizes dos Processos de Oferta de Capacidade. Importante para situações em que há restrição de oferta. * Previsão de consulta pública específica para as melhorias nos contratos de transporte e regulamento. Hoje os processos de chamada pública incluem consulta pública para aprimoramentos nos contratos de transporte e nos regulamentos. Ao simplificar o processo, a ANP elimina esta etapa. É necessário, contudo, prever consulta públicas periódicas para participação efetiva da sociedade na elaboração destes documentos. * Metodologia para Tarifas de referência. O regulamento do Processo de Oferta de Capacidade deve expor, de forma clara, o cálculo da tarifa de referência tendo como base a RMP aprovada pela ANP e a incorporação do saldo da conta regulatória. Atualmente temos dificuldade de reproduzir o cálculo da tarifa de referência dos transportadores. Não há clareza sobre o RMP calculada x auferida. * Projeto de referência com erro de 30%. A nota técnica Nº 2/2023/SIM trás em sua redação que os projetos de referência para ampliação e expansão de gasodutos poderiam ter erro de 30% no dimensionamento do custo. Sugerimos a exclusão desta flexibilidade. O transportador, ao dimensionar um projeto, deve garantir os custos orçados. O erro pode mudar o resultado do teste econômico daquela expansão. Além disso, a ANP, ao avaliar o orçamento do projeto deve utilizar benchmarks para verificação da eficiência da proposta. * Padronização dos GTAs. Sugerimos definir em resolução a necessidade de padronização dos contratos de transporte, em linha com Art. XX da Resolução 03/2022 do CNPE. Na mesma linha, entendemos não ser necessário diferenciar o contrato Master Agreement (hoje utilizado para contratos firmes de curto prazo – extraordinários) dos contratos Firme de longo prazo (igual ou maior que 1 ano). O objetivo é termos apenas um contrato firme de transporte (igual para todos os transportadores). As diferenças temporais entre os produtos (1 dia ou 1 ano) podem ser definidas em um anexo. Isso simplificará o processo de contratação de transporte, reduzirá o custo de transação dos carregadores e incentivará a contratação da capacidade de saída pelos consumidores livres. * Exclusão do produto extraordinário. O produto extraordinário não é previsto na nova Lei do Gás. Entendemos desnecessário sua previsão em regulação. Dessa forma, os produtos atualmente comercializados como extraordinários seriam convertidos em produtos Firme de Curto Prazo. * Congestionamento contratual. Sugerimos atribuir a obrigação da identificação do congestionamento contratual ao transportador, e não à ANP. O regulador não opera o sistema de transporte e, por óbvio, teria maior dificuldade na identificação das práticas de congestionamento contratual. Por isso, é mais eficiente atribuir este dever ao agente que possui todas as informações e pode tomar ações mais diligentes. * Calendário de ofertas. Incluímos o dever à ANP em definir um calendário de oferta de capacidade. A previsibilidade na contratação de transporte é condição sine qua non para abertura do mercado. Hoje há grande dificuldade dos agentes se planejarem (especialmente os consumidores potencialmente livres) para realizar a contratação de capacidade, obedecendo os requisitos de migração ao mercado livre. Dessa forma, um calendário de oferta deve ser definido o quanto antes pelo regulador. * Prazo mínimo de antecedência da oferta para contratos de longo prazo. O calendário de ofertas deve ser estabelecido de forma a garantir antecedência mínima de 3 meses para entre a contratação da capacidade e o início do serviço. Este prazo obedece a referência das regulações estaduais para aviso à migração do consumidor ao mercado livre. Desta forma, para haver possibilidade de contratação de capacidade pelo consumidor livre, é necessário que as ofertas tenham antecedência mínima de 3 meses. * Teste econômico, pela ANP, para autorização de expansões. Inclusão da premissa de colocar em consulta pública, juntamente com a proposta tarifária do transportador, os critérios para o teste econômico, de forma que fique claro as condições para viabilidade da expansão. |

**ORIENTAÇÕES:**

1. Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico [**scl@anp.gov.br**](mailto:scl@anp.gov.br), em conjunto com estudos, relatórios ou outros documentos que referenciem as informações apresentadas e que considere necessários para subsidiar a análise de suas contribuições.
2. A consulta pública será realizada pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação do aviso no Diário Oficial da União, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.